

## EDUCAÇÃO FÍSICA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA: PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940

Vitor José da Rocha Monteiro (vitormonteiro205@gmail.com)

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz – Ano de ingresso: 2011

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Simone Petraglia Kropf

### 1. Introdução

Este texto tenciona apresentar as análises iniciais sobre a documentação que está sendo utilizada em minha pesquisa de Doutorado, cujo projeto tem o título provisório de “‘Um corpo para a nação’: Exército, saúde e educação física no Estado Novo”. Tal pesquisa pretende abordar os discursos e práticas produzidos em relação ao “corpo do brasileiro”, analisados como parte do processo de institucionalização da Educação Física, conformador dos debates em torno da elaboração de uma identidade nacional no referido período. Nesta comunicação, a ênfase será dada às publicações periódicas relacionadas aos contornos da Educação Física, cujo trato permite a busca de seus elementos teórico-conceituais, bem como de suas relações com a vida política e social do Brasil nas décadas de 1930 e 1940.

No Brasil, a Educação Física, como saber formador de corpos “vigorosos” e “saudáveis”, capazes de representar, defender e sustentar a nação, surgiu com margens mais bem definidas no contexto do pós-1930. Isso se deu inicialmente nos meios militares<sup>1</sup>, principalmente no Exército (Castro, 1997; Parada, 2006; 2009), e intensificou-se mediante as relações estabelecidas entre estes e os formuladores das

---

<sup>1</sup> Um exemplo disso foi a criação, no Rio de Janeiro, em 1933, da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), que passaria a ser um importante pólo irradiador dos saberes e práticas ligados à Educação Física no Brasil.

políticas de educação e saúde na gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde (MES) entre 1934 e 1945. Estas articulações entre militares do Exército e civis (do ministério e de outras instituições), em torno da Educação Física como formadora da nacionalidade, tornaram-se mais estreitas com a implantação do Estado Novo em 1937. A partir daí, estas forças políticas e sociais mobilizaram-se (e disputaram entre si) para depositar, nos “corpos brasileiros”<sup>2</sup>, as insígnias que configurariam um determinado *ethos*, expressão da idéia/ideal de nação que se pretendia afirmar/legitimar naquele período.

O regime estadonovista fez representar, nas suas instituições (militares, de saúde e de educação) e através dos corpos construídos, valores e práticas caras ao seu projeto de nacionalização do Brasil: a “regeneração” e a homogeneização do “povo” brasileiro, a “cura” das doenças e “vícios” que impediam o desenvolvimento de uma “nação forte”. Para a análise destes e de outros elementos, é de suma importância o exame de publicações periódicas ligadas a instituições formuladoras de políticas públicas e produtoras de conhecimento (Ministério da Educação e Saúde, Exército brasileiro, Universidades, etc.).

## **2. A Defesa Nacional e Nação Armada: profissionalismo e nacionalismo**

*A Defesa Nacional*, que tinha como subtítulo “Revista de assumptos militares”, nasceu, em 1913, com a intenção e a marca de ser uma revista militar “profissional” (Beattie, 2001, p. 208), capaz de dar vazão às idéias específicas dos “jovens turcos”<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Ver Rodrigues (1983), acerca da visão, marcada pela antropologia, do corpo como algo socialmente concebido e portador de marcas e atributos que esta sociedade (e/ou grupos dentro dela) imprime no processo de criação de seu próprio “espírito”. Ver, sobre uma “militarização do corpo” (homogeneização, “dureza”, “controle de si”) no Estado Novo, Lenharo (1986).

<sup>3</sup> Jovens oficiais que tiveram formação germanófila na gestão de Hermes da Fonseca como titular da pasta da Guerra no governo de Afonso Penna (1906-1909). Eram chamados assim (muitas vezes pejorativamente) por serem comparados aos oficiais que protagonizaram transformações de cunho nacionalista e militarista na Turquia, no início do século XX, e que, posteriormente auxiliaram na criação

Nesse sentido, ela estava ligada a um grupo substantivo do Exército preocupado com a modernização e a técnica militar, cujo pré-requisito seria o afastamento da vida política e dos cargos públicos, que caracterizaria o que foi chamado de a ideologia do “soldado profissional” ou da “não-intervenção”. O Exército, segundo esta perspectiva, deveria ter a preocupação estrita com a preparação para a defesa do país (Carvalho, 2005a, p. 40-41).

Na década de 1930, e especificamente no Estado Novo, a revista *A Defesa Nacional* não mudou muito suas características, tanto com relação à estrutura interna e à diagramação da publicação, quanto no que tange às suas citadas marcas ideológicas. Em 1939, a revista *A Defesa Nacional* mantinha a disposição que evidenciava o aspecto “profissional” do periódico: as seções eram divididas pelas especialidades do Exército (“Secção de Tática Geral”, “Secção de Infantaria”, “Secção de Artilharia”, “Secção de Cavalaria”, “Secção de Engenharia”). Nestas seções, eram publicados os textos dos colaboradores, organizados de acordo com os distintos temas. Completavam a estrutura da revista as seções “Noticiário” e “Variedades” – que divulgavam notícias sobre história, organização e informações cotidianas dos “feitos” das forças armadas, bem como indicavam e divulgavam bibliografias consideradas importantes –, a “Secção de Estudos Gerais” e “Secção de Leis e Decretos”.

Nesta década de 1930, onde houve muitos esforços de institucionalização da Educação Física no Brasil, nos meios civis e militares (incremento nas estruturas do MES, criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, formação da Escola de Educação Física do Exército, entre outros), *A Defesa Nacional* tratava o assunto de forma técnica, como um saber “auxiliar” para a otimização do *ethos* militar e da eficiência dos quartéis.

“Pode-se caracterizar cada indivíduo por uma série de mensurações e provas diversas que nos permitirão apreciar seu valor físico e o controle dos resultados obtidos, será facilmente exercido, graças aos exames realizados periodicamente. (...)”

Demény divide essas provas em três séries assim chamadas:

1ª – Valor somático ou de estrutura.

2ª – Valor fisiológico.

3ª – Valor mecânico” (Bonorino, mar. 1930, p. 364).

O caráter “técnico” da abordagem do tema Educação Física pela *A Defesa Nacional* vislumbrava a busca de excelência profissional do Exército (e das Forças Armadas em geral). Ao lado das táticas de combate, da movimentação e leitura de terrenos, da utilização da telecomunicação e de armamentos etc., assuntos tratados nas páginas deste referido periódico, a Educação Física era, também, um conhecimento militar importante, digno de ser pensado, discutido e aperfeiçoado.

Outros periódicos militares o tratavam de maneiras diversas. A revista *Nação Armada*, cujo subtítulo era “revista civil-militar consagrada à segurança nacional”, foi editada, com periodicidade mensal, entre novembro de 1939 e março de 1947. Esta publicação, cuja redação situava-se no Rio de Janeiro, teve como idealizador Francisco Affonso de Carvalho, oficial do Exército brasileiro da arma de Artilharia. Affonso de Carvalho, como era conhecido e citado, era major no momento da criação do periódico e foi reconhecido no meio militar (e também fora dele) como um importante escritor e jornalista, autor de obra relativamente extensa, com destaque para as biografias de Bilac, Caxias e Rio Branco. *Nação Armada* não foi uma publicação militar estritamente técnica. Pelos seus temas, teores e características, buscou dirigir-se à sociedade mais ampla e, por seu caráter francamente autoritário, esteve situada à direita do espectro ideológico do Estado Novo, do qual fez constante apologia.

Vista pelos colaboradores de *Nação Armada* ora como “consciência física” (corporal), ora como o conjunto de atividades e exercícios, a Educação Física refletia a

idéia da fortificação, purificação e/ou cura do corpo doente ou “desviado”, colaborando para a constituição do “corpo nacional”. Além disso, como se percebe na citação seguinte (fortemente marcada por idéias eugênicas), a prática de exercícios físicos teria um efeito não apenas na saúde e na moral do soldado, mas na sua produtividade, como “valor econômico”. O major do Exército J. Almeida Freitas dizia que,

"Ninguém mais, nos dias atuais, põe em dúvida a importância da Educação Física como o único meio capaz de regenerar uma raça entibiada pela malária, e ainda por certas taras hereditárias, como a tuberculose a sífilis e o alcoolismo, fatores da calamitosa letalidade infantil, da legião de débeis e de tarados. O homem são, representa um valor positivo na economia nacional, enquanto que o raquítico, o doente e o cretino, são sobrecargas.

(...) A prática cotidiana da educação física aperfeiçoando as funções orgânicas aumentando o valor intrínseco do indivíduo, melhora, aprimora e seleciona a raça, tornando-a mais capaz e mais produtiva, elevando ao máximo o nível nacional" (Freitas, jun. 1941, p. 64-5).

Esta influência do Exército brasileiro na consolidação da Educação Física no país, ajudou a formular a idéia, no meio militar e no âmbito dos quartéis, de um trabalho de depuração que, segundo *Nação Armada*, implicaria em “melhoramento” do soldado e do brasileiro de modo geral.

“A educação física, os exercícios, a vida higiênica que está sujeito o recruta, o vai transformando, pouco a pouco, num soldado sadio e apto, capaz de, depois, na vida civil, após o serviço militar, se transformar conscientemente, pela evidência do exemplo em que se encarna, no maior propagandista da ação bemfazeja da caserna” (Andrade, nov. 1939, p. 82).

*Nação Armada* articulou o tema da Educação Física às questões da eugenia, do saneamento e da higiene, transformando-a, com verve nacionalista e autoritária, num saber de suma importância para a constituição do papel central do Exército na política brasileira no Estado Novo, ratificando a idéia do serviço militar como um “ato eugênico”, “melhorando” os soldados/cidadãos<sup>4</sup>, “regenerando” a nação.

---

<sup>4</sup> Sobre este tema do recrutamento militar ver Monteiro (2010).

### **3. Boletim de Educação Física e Revista Brasileira de Educação Física: políticas públicas em educação e saúde**

O *Boletim de Educação Física* surgiu, dentro das estruturas estatais de educação e saúde, com o objetivo de divulgar os trabalhos técnicos e os esforços na implantação de políticas públicas do Ministério de Educação e Saúde (MES), especificamente da Divisão de Educação Física (DEF). Tal esforço da referida publicação intentava a colaboração entre o poder público, os estabelecimentos de ensino e o pessoal especializado (professores, médicos, enfermeiros, massagistas etc.). O major Barbosa Leite, militar do Exército brasileiro e diretor da DEF, explicitava bem o relevante papel deste periódico que, com:

“a periodicidade de três meses e tiragem inicial de dois mil exemplares, (...) promete contribuir para a formação da unidade de doutrina indispensável aos especialistas encarregados de fortalecer, física e moralmente, a sadia juventude que há de conduzir o Brasil aos seus verdadeiros destinos” (Leite, jun. 1941, p. 4).

O *Boletim* publicava relatórios anuais de atividades da DEF, informativos organizacionais desta Divisão, relatórios das autoridades e instituições nacionais e/ou regionais sobre Educação Física, informações sobre concursos e estágios, bem como resumos de expedientes e verificações procedidas em estabelecimentos de ensino e legislação sobre Educação Física e saúde pública. Sua principal característica era a tentativa de coadunar saberes e debates para implantação de políticas públicas em Educação Física, visando, principalmente, o funcionamento dos estabelecimentos de ensino no Brasil, homogeneizando os procedimentos e as pessoas:

“O médico assistente de educação física dos estabelecimentos de ensino inicia suas atividades realizando o primeiro exame para separar os educandos, de cada sexo, perfeitamente normais, do ponto de vista da higidez, dos que apresentam qualquer desvio da normalidade, resultando dois grupos (...) Normais e Deficientes (...).

Há necessidade de ser executado um trabalho rápido e eficiente para que os exercícios físicos se iniciem o mais cedo possível, pois nossa finalidade é que os educandos aproveitem ao máximo o período das aulas para irem tomando o salutar hábito e o dever social de cuidar do seu corpo, de sua saúde” (Araújo, jun. 1941, p. 109).

O cumprimento deste “dever social”, capitaneado pela Educação Física, era a finalidade da Divisão de Educação Física, sendo o seu *Boletim de Educação Física* um organismo de grande relevância para tal empreendimento.

Maurício Parada (2006; 2009) considerou o *Boletim de Educação Física* uma publicação de circulação “restrita, aparecendo como uma documentação interna aos órgãos estatais”. Este pesquisador deu ênfase à *Revista Brasileira de Educação Física*, como um periódico com outro “projeto editorial que procurava atingir o público externo” (Parada, 2009, p. 159).

A *Revista Brasileira de Educação Física*, publicação de propriedade de “A Noite”, do Rio de Janeiro, foi editada a partir de janeiro de 1944. Era dirigida por João Barbosa Leite, Diretor da DEF (do Departamento Nacional de Educação, do Ministério de Educação e Saúde) e, na ocasião, major do Exército brasileiro. Tinha sucursais em várias cidades brasileiras, como São Paulo e Belo Horizonte, e, também, em Buenos Aires.

Esta revista publicava artigos (de autoria, geralmente, de quadros<sup>5</sup> dos órgãos estatais de Educação Física), legislação específica, informativos da DEF (cursos, concurso, visitas, campeonatos), informações desportivas em geral, etc. Os textos veiculados nas páginas da *Revista Brasileira de Educação Física* significaram, também, “a exposição pública do grupo de técnicos da Divisão de Educação Física” (Parada, 2006, p. 159). Um destes técnicos, o já citado Inezil Penna Marinho, num destes textos, abriu e sustentou um debate com outros intelectuais do campo. O tema aqui são os fundamentos dos “grupamentos homogêneos” (também um problema apontado na transcrição acima) que, segundo Marinho:

---

<sup>5</sup> Teve destaque nas páginas deste periódico o nome de Inezil Penna Marinho, técnico da DEF e, mais tarde, titular da cadeira de “História da Educação Física e Desportos”, da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, da Universidade do Brasil. Produziu muitos livros sobre os temas Educação Física e Esportes, convertendo-se num importante intelectual do campo (Marinho, s/d; s/d; Parada, 2006; 2009).



“é uma questão pedagógica, não excluimos a contribuição da biologia, mas não admitimos que a solução do problema seja fornecida exclusivamente pela biologia (...). A pedagogia recolhe os seus fundamentos em três ciências que a alicerçam: a biologia (...); a sociologia (...) e a psicologia (...)” (Marinho, fev. 1945, p. 2).

A tentativa, mesmo que de forma leve, de “desbiologizar” os fundamentos da criação destes “grupamentos homogêneos”, revela um aspecto ideológico importante destes formuladores de políticas públicas da DEF.

#### **4. A Escola de Educação Física do Exército e a *Revista de Educação Física***

O Centro Militar de Educação Física, criado em 1922, mas somente instalado em 1929, teve a função de vulgarizar o método nacional de educação física (na verdade, o método francês adotado aqui), formando instrutores militares e civis. A partir de 1933, este Centro transformou-se na Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx). Segundo Castro (1997), o Ministério da Guerra consolidou o monopólio da elaboração de procedimentos, formação e disseminação da Educação Física no Brasil. Mesmo as políticas de propagação da educação física nas escolas, fato destacadamente importante no Estado Novo, foram diretamente gerenciadas e/ou influenciadas pela visão dos militares do Exército.

A *Revista de Educação Física*, criada em 1932 e publicada até hoje, se converteu em importante veículo de construção, debate e divulgação da Educação Física no país. Ela teve um caráter formador de conceitos e teorias com sua abordagem técnica, propositiva e organizacional do campo da Educação Física. De igual maneira, teve como sua marca a efusão, o nacionalismo e a aposta na Educação Física como construtora de uma estética/ética nacional: a importância institucional da EsEFEx foi reforçada por esta revista e a Educação Física poderia “salvar” o Brasil:

“É com razão que os observadores afirmam que o brasileiro é triste. (...) Se viajarmos o Brasil verificamos que a mais humilde cidade tem o seu jardimzinho raquítico e o seu coretinho



anêmico, no entanto, por que não fazer (...) um ‘campo de recreio para as suas crianças?’” (Pinheiro, jul. 1932, p. 1).

## **5. Considerações finais**

As diferentes abordagens sobre o tema Educação Física, dos periódicos aqui analisados, não se restringem à simplista separação entre militares e civis. Devem, portanto, ser avaliadas as divisões internas destes segmentos, bem como a dinâmica da atuação deles na sociedade. Os aspectos sociais, políticos, ideológicos e culturais destes grupos são relevantes para o entendimento da diversidade das características destes periódicos e dos discursos sobre Educação Física presentes neles, criando, assim, sentidos para a utilização deles em pesquisa históricas.

## **6. Bibliografia**

ANDRADE, Carlos Sudá de. Realizações do Corpo de Saúde do Exército. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 1, nov. 1939, p. 79-82.

ARAÚJO, Paulo. O grupamento homogêneo. *Boletim de Educação Física*: Rio de Janeiro, nº 1, jun. 1941, p. 109-115.

BEATTIE, Peter M. *The tribute of blood: army, honor, race, and nation in Brazil, 1864-1945*. Durham: Duke University Press. 2001.

BONORINO, Laurentino Lopes. Educação Physica – Anthropometria. *A Defesa Nacional*: Rio de Janeiro, v. 17, nº 195, mar. 1930, p. 364.

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: \_\_\_\_\_. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 13-61.

CASTRO, Celso. *In corpore sano* – Os militares e a introdução da Educação Física no Brasil. *Antropolítica*: Niterói, nº 2, p. 61-78. 1º sem. 1997.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

FREITAS, J. Almeida. Educação Física e o Oficial de Estado-Maior. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 19, jun. 1941, p. 64-6.

LEITE, Barbosa. Apresentação. *Boletim de Educação Física*: Rio de Janeiro, nº 1, jun. 1941, p. 3-4.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. São Paulo: Papyrus, 1986.

MARINHO, Inezil Penna. *História da Educação Física no Brasil*. São Paulo: Cia. Brasil Editora, s.d.

\_\_\_\_\_. *Sistemas e métodos de Educação Física*. São Paulo: Cia. Brasil Editora, s.d.

\_\_\_\_\_. O eterno problema do grupamento homogêneo. *Revista Brasileira de Educação Física*: Rio de Janeiro, nº 14, fev. 1945, p. 2-4.

MONTEIRO, Vitor José da Rocha. *Do “Exército de Sombras” ao “Soldado-cidadão”*: saúde, recrutamento militar e identidade nacional na revista *Nação Armada* (1939-1945). Rio de Janeiro: COC/Fiocruz, 2010. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde).

PARADA, Maurício. Corpos físicos como corpos cívicos: práticas desportivas e educação física no Brasil sob o Estado Novo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, SANTOS, Ricardo Pinto dos. *Memória social dos esportes: futebol e política: a construção de uma identidade nacional*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, FAPERJ, 2006, p. 155-183.

\_\_\_\_\_. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Apicuri, 2009.

PINHEIRO, João Ribeiro. O problema da alegria. *Revista de Educação Física*: Rio de Janeiro, nº 3, jul. 1932, p. 1.

RODRIGUES, José Carlos. *Tabu do corpo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.